

IV SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desenvolvimento regional paranaense a partir da abordagem teórica de Douglass North

Moacir Piffer

Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNISC) – prof. UNIOESTE

Silvio Cezar Arend

Doutor em Economia (UFRGS) – prof. UNISC

Tópico: Redes, regiões e territórios: abordagens teóricas e metodológicas.

Resumo: Este artigo analisa a base de exportação das microrregiões do Estado do Paraná, especificamente as Áreas Mínimas Comparáveis - AMCs, a partir da abordagem teórica de Douglass North, focando sua transição para uma economia de base urbana industrial, a partir dos anos 1970. A integração da economia paranaense com a nacional recebeu forte impulso na década de 1970 com a modernização da agropecuária, o esgotamento da fronteira agrícola e a ampliação, difusão e diversificação dos setores industriais, contribuindo para a formação de uma nova configuração urbano-industrial no Estado do Paraná. Assim, o Estado do Paraná dinamizou sua base geográfica produtiva e deixou de ser uma região voltada apenas à produção agrícola, diversificando e difundindo para os ramos industriais, comerciais e de serviços, aumentando cada vez mais a sua base de exportação. O crescimento de uma região, nessa perspectiva, decorre do aumento da demanda por produtos que ela oferece para fora da região. Crescendo a base de exportação, cresce toda a região. Essa perspectiva também é defendida por Schwartzman (1975), Haddad (1989) e North (1977a, 1990), ao afirmar que as regiões novas crescem quando crescem as demandas das demais regiões por seus produtos, provenientes das empresas localizadas em seu território. Com isso, a integração de uma região só pode ser compreendida quando analisada a sua base de exportação, que estimula a sua inserção na economia nacional. Ao integrar-se com outras regiões e, no caso, com a economia nacional, a região apresenta um crescimento da renda real, através da manutenção do dinamismo do(s) produto(s) de exportação e a difusão do seu dinamismo para outros ramos produtivos, seja pela demanda de insumos seja pela demanda complementar de bens e serviços. Desta forma, ao estudar uma determinada região deve-se analisar a sua inserção à dinâmica e organização da economia nacional, examinando-a como parte de um todo e os elementos propulsores de seu crescimento econômico, tais como: a demanda inter-regional, a capacidade do setor exportador em multiplicar empregos em outros ramos da economia, a capacidade de diversificação das atividades produtivas. Por isso, esse estudo utiliza a contribuição teórica de North (1955, 1961a, 1961b, 1977a, 1977b, 1990, 2006) que analisou o crescimento de regiões, em particular os Estados Unidos, que tiveram seu desenvolvimento a partir de uma base de exportação. A base de exportação determina a especialização regional, ou seja, o crescimento das regiões está intimamente ligado ao sucesso de sua base econômica. Essa base se afirma como uma extensão do mercado interno e representa uma transferência de renda de outras regiões para a região exportadora. Assim, este artigo, além de estudar o crescimento e a difusão espacial da base econômica do Estado do Paraná, a partir dos anos 1970, é uma interpretação alternativa do seu crescimento e desenvolvimento econômico, e tem como foco a propagação em redes da diversificação dos ramos de atividades produtivas no espaço regional paranaense.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional, Base de Exportação, Difusão Espacial, Estado do Paraná.

Abstract: This article analyzes the base of export of the microregions of the State of Paraná, particularly the Comparables Minimums Areas – AMC, utilizing the Douglass North theory, and focusing the transition for a Paraná State's economy of industrial urban base, from 1970 to 2000. The integration of the paranaense economy with the national one received strong pulse in the decade of 1970 with the modernization of the farming, the exhaustion of the agricultural border and the enlargement, diffusion and diversification of the industry sectors, contributing for the formation of a new urban-industrial configuration in the State of Paraná. Like this, the State of Paraná enlarged his productive geographical base and it stopped being an area returned just to the agricultural production, diversifying and diffusing for the branches industrial, commercial and of services, increasing its export base more and more. The growth of a region, in that perspective, elapses of the increase of the demand for products that it offers outside of the area. Increasing the export base, it increases the whole area. That perspective is also defended by Schwartzman (1975), Haddad (1989) and North (1977a, 1990), when affirming that the new areas grow when they increase the demands of the other areas for their products, coming of the located companies in its territory. With that, the integration of an area can only be understood when analyzed its export base, that stimulates its insert in the national economy. When integrating with other areas and, in the case, with the national economy, the area presents a growth of the real income, through the maintenance of the dynamism of products of export and the diffusion of its dynamism for other productive branches, be for the demand of inputs is for the complement demand of goods and services. This way, when studying a certain area its insert it should be analyzed to the dynamics and organization of the national economy, examining it as part of a whole and the elements propellers of its economic growth, such as: the inter-regional demand, the section exporter's capacity in multiplying hand work in other branches of the economy, the capacity of diversification of the productive activities. Therefore, that study uses the theoretical contribution of North (1955, 1961a, 1961b, 1977a, 1997b, 1990, 2006) that analyzed the growth of regions, in matter the United States ones, that had its development starting from an export base. The export base determines the regional specialization, in other words, the growth of the regions is intimately linked to the success of its economical base. That base is affirmed as an extension of the domestic market and it represents a transfer of income of other regions for the exporter region. Like this, this article, besides studying the growth and the space diffusion of the economical base of the State of Paraná, starting from the years 1970, it is an alternative interpretation of its growth and economic development, and it has as focus the propagation in nets of the diversification of the branches of productive activities in the space regional paranaense.

Key Words: Regional Development, Base of Export, Space Diffusion, Paraná's State.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a base de exportação das microrregiões do Estado do Paraná, a partir da abordagem teórica de Douglass North, focando sua transição para uma economia de base urbana industrial, a partir dos anos 1970.

Até a década de 50, a ocupação e integração da capital Curitiba com o resto do território do Estado do Paraná não estava totalmente articulada. Foi a partir da base de exportação agropecuária (madeira, erva-mate, café, milho, entre outras), somada às políticas públicas de desenvolvimento nacional, conjugadas com as do Estado, que permitiram que a economia paranaense se desenvolvesse de forma mais interligada através de uma infra-estrutura de rodovias e ferrovias, impulsionando novos setores da economia.

O desenvolvimento econômico do Estado do Paraná se dava até aquela década por dois Paranas: o Paraná da Capital – Curitiba – e o resto do Paraná. O Norte Velho e Norte Novo ligado a São Paulo e Sudoeste, Oeste e Leste com economia gaúcha.

Com política do governo Vargas de industrialização na década de trinta e o Plano de Metas no governo de JK na década de 50, se introduziu em novos territórios uma política de industrialização. O governo do Estado do Paraná no início da década de 60 respondeu a essas políticas públicas do país com a criação de fomentos de crédito (BADEP – Banco de Desenvolvimento Paranaense, SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Paraná, etc.) e, através da formação da base de exportação agrária, implementou e implantou uma política de instalação de um aparelho de infra-estrutura física para todas as regiões do Estado. Foram investimentos em rodovias, ferrovias, estradas, comunicação e energia que possibilitaram a inserção de todas as regiões com a capital Curitiba, bem como com o resto do País.

Na década de 70 as políticas públicas implantadas nas regiões do Estado e com novas políticas públicas adotadas pelo governo federal para o setor agrário (I e II PND), possibilitaram a modernização da base agrária através da mecanização do campo para a produção de novos produtos de exportação, especialmente soja e trigo, que deram um grande impulso na produção de grãos do Paraná, consolidando sua base de exportação agropecuária e dando início às primeiras agroindústrias no interior do Estado. Essas políticas foram a facilidade de crédito abundante, subsídios, juros baixos, preços mínimos, insumos baratos, máquinas e equipamentos financiados.

Neste contexto, essas políticas e uma base de exportação consolidada possibilitaram a modernização agrícola, o nascimento da agroindústria, bem como da indústria de máquinas, comércio e de serviços, que passou a favorecer o crescimento

das atividades do setor urbano em todo o território paranaense. Surgiram as indústrias de bens de capital diversificadas e sofisticadas na Cidade Industrial Curitiba (CIC) e da refinaria de petróleo, entre outros, que favoreceram a articulação da capital com o interior do Estado.

A base agropecuária paranaense possuía uma capacidade de resposta favorável aos estímulos das políticas públicas dos governos federal e estadual, ou seja, da matriz institucional formada pelo Estado Federal e Estadual e pelas instituições de fomento (bancos e outros) na década de 70. O resultado foi a formação e consolidação de uma base de exportação agropecuária, possibilitando a geração de excedentes agropecuários, que incorporaram novas fronteiras agrícolas (Noroeste, Oeste e Sudoeste), transformando as culturas tradicionais (feijão, arroz, milho, etc.) para uma agricultura voltada para o mercado externo (soja, trigo, cana-de-açúcar, dentre outros).

A partir da década de 80, a base de exportação agropecuária das várias regiões do Paraná continua o seu processo de modernização agrícola e agroindustrial (fiação do algodão, farelo e óleo de soja, milho e subprodutos, Proálcool e açúcar, industrialização de aves e suínos, maltaria, trigo e beneficiamento), a implantação de segmentos modernos de novas indústrias (fertilizantes nitrogenados; ônibus e caminhões; New Holland – fabricante de colheitadeiras e de tratores agrícolas; montadoras entre outros).

Essa formação e consolidação da base de exportação da agropecuária das regiões do Estado do Paraná permitiu uma nova reestruturação produtiva que refletiu automaticamente na diversificação e na difusão dessa base para outros setores e novos ramos de atividades produtivas, principalmente os urbanos (indústria e serviços), conseqüentemente, gerando novas bases de exportação.

2 A TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO

A teoria da base de exportação surgiu a partir dos estudos de Douglas C. North, que procurava formular uma nova explicação sobre as causas do crescimento regional. Esta teoria parte da idéia de que é possível a separação da atividade produtiva de uma região em dois grupos de setores, um de natureza exportadora e outro grupo constituído de atividades voltadas para demanda interna. Estas atividades exportadoras (básicas) têm sua finalidade para os mercados fora da região e as atividades de demanda interna (não-básicas) têm como destino os mercados locais.

Assim, a ampliação das atividades básicas, de exportação aos mercados externos, resultaria em efeitos multiplicadores das atividades não-básicas ou domésticas (NORTH, 1977a).

A importância desta teoria como um instrumento de avaliação regional está na possibilidade de verificar as características das atividades que deram origem ao desenvolvimento regional e influenciam as atividades produtivas locais: o fundamento da teoria é o sucesso que a base exportadora é determinante na taxa de crescimento das regiões. Além disso, para compreender esse crescimento, deve-se, na concepção de North (1977a), examinar os fatores locais que possibilitaram o desenvolvimento dos produtos básicos. Schickler (1974, p. 13) complementa: “(...) a teoria da base exportadora investiga o emprego de uma certa área por meio de forças exteriores à região: a demanda de outras regiões de bens e serviços produzidos na área que está sendo analisada”.

Deste modo, as exportações têm papel fundamental no crescimento de uma região e podem ocorrer em virtude da melhoria das exportações existentes, bem como pela implementação de novos produtos de exportação. “Essa necessidade tem sido o princípio básico da teoria do crescimento econômico regional” (NORTH, 1977a, p. 304).

North (1977a) afirma que as regiões iniciam sua base exportadora nas atividades primárias, pois são os primeiros recursos disponíveis (produtos e renda) em regiões novas, e no processo de desenvolvimento há um processo de difusão e diversificação para outras atividades, podendo a região ter novas bases de exportação do setor industrial e de serviços.

A teoria do crescimento econômico regional de North (1977a) está baseada no desenvolvimento das regiões dos Estados Unidos, onde este se deu em virtude de um processo capitalista do excedente da produção que era utilizado para exportação e os recursos obtidos remetidos para a criação da infra-estrutura da região. Sendo assim, North descreve:

(...) apesar de se referirem explicitamente ao desenvolvimento dos Estados Unidos, poderiam aplicar-se, da mesma forma, a outras áreas que apresentem as seguintes condições: 1) regiões que tenham se desenvolvido dentro de um quadro de instituições capitalista e, portanto, sensíveis a oportunidades de maximização dos lucros, e nas quais os fatores de produção apresentaram relativa mobilidade, e 2) regiões que tenham se desenvolvido sem restrições impostas pela pressão populacional. (North, 1977a, p. 292 -293).

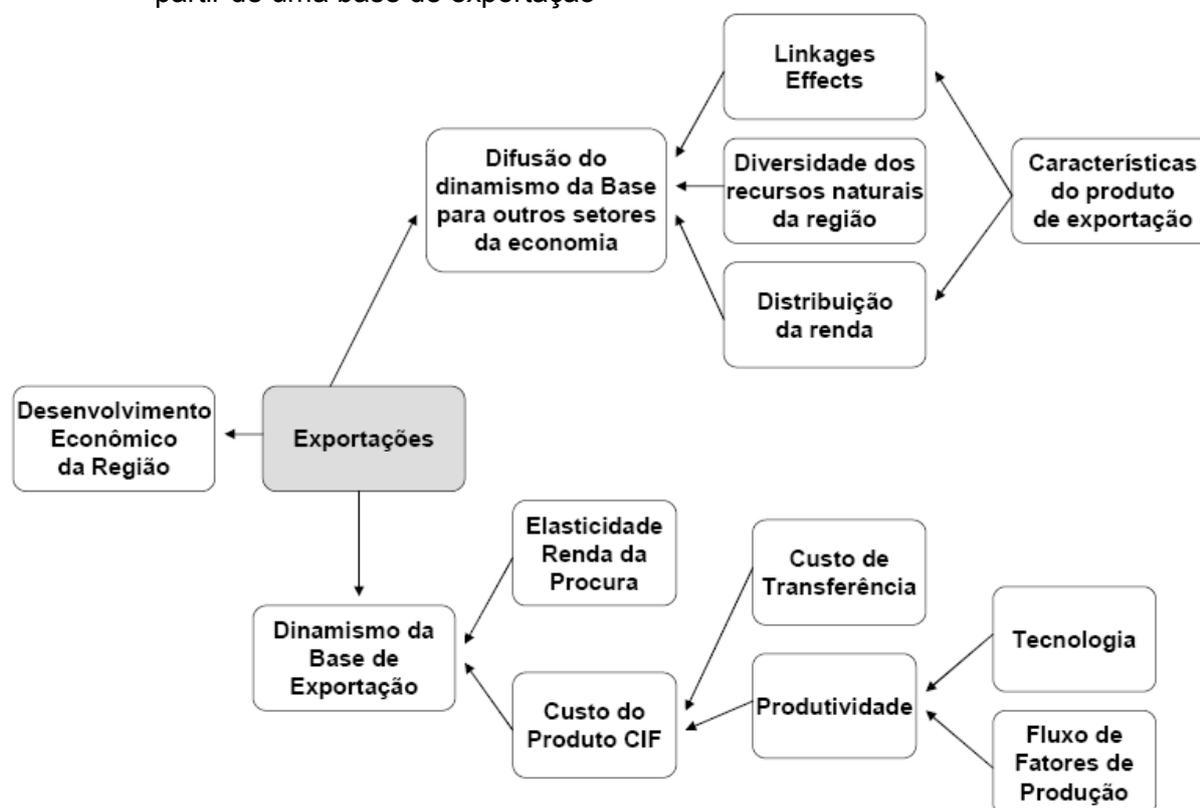
De acordo com North (1977a) os produtos de exportação de uma região são aqueles produtos do setor primário, secundário ou terciário, diferenciando do termo

“produtos primários”, pois esse se caracteriza como o principal artigo produzido pela região e que é geralmente usado para designar produtos da indústria extrativa. Ele usa a expressão “produtos de exportação” (ou serviços) para referir-se aos itens individuais e a expressão “Base de Exportação” para designar, coletivamente, os produtos e serviços de exportação de uma região.

North (1977a, p. 304) diz que “é evidente que esse crescimento está vinculado ao sucesso de suas exportações, e pode ocorrer como resultado da melhoria do desenvolvimento de novos produtos de exportação”. A expansão dos produtos de exportação se deve principalmente ao maior desenvolvimento dos transportes. Diante disso, uma região se expande devido ao resultado do crescimento da demanda de seus bens de exportação existentes, seja devido a um aumento da renda na área de mercado, na mudança dos gostos ou preferências das pessoas ou pela melhora no montante dos custos de processamento dos produtos.

Com isso, o aumento da demanda dos produtos de exportação de uma região implica na geração de efeitos multiplicadores nesta região, ou seja, há uma indução ao aumento de investimentos não apenas na indústria de exportação, mas em todas as atividades econômicas na região.

Figura 1 – Fatores que condicionam a capacidade de uma região se desenvolver a partir de uma base de exportação



Fonte: Schwartzman, 1975, pg. 65.

Schwartzman (1975) explica que o desenvolvimento de uma região a partir de uma base de exportação depende do dinamismo dessa base e da sua difusão para o resto da economia regional (Figura 1), ou seja, deve apresentar duas condições necessárias para o desenvolvimento:

a) *Manutenção do dinamismo do produto de exportação.* É preciso ter um crescimento da renda real de uma economia para se ter desenvolvimento econômico, mas embora sendo esta condição necessária, não chega a ser suficiente para deflagrar este processo. Sendo assim, é necessário que a venda dos produtos de exportação esteja crescendo a uma taxa expressiva para que condições necessárias ao desenvolvimento sejam criadas na região.

b) *A difusão do dinamismo para outros setores da economia.* A difusão ocorre quando o produto de exportação desenvolve outros setores da economia e, para isto acontecer, é necessário que outras atividades produtivas surjam, que a distribuição da renda atinja um número elevado de pessoas e que surjam outras “bases” de exportações.

Para manter o dinamismo dos produtos de exportação, dois fatores são importantes:

a) *elasticidade-renda da demanda* – determina a possibilidade da região manter o seu dinamismo através de um só produto de exportação, ou seja, tendo o produto uma baixa elasticidade-renda, não haverá uma tendência para o aumento de suas vendas à medida que as regiões importadoras se desenvolvem.

b) *custo do produto de exportação* – a redução do custo do produto fará com que haja um aumento da sua capacidade competitiva e, com isso, ganho de mercado. Nesse sentido, há algumas maneiras de diminuir o custo, ou seja, melhorando a rede de transporte e/ou pelo aumento da produtividade através dos fatores utilizados.

A difusão do dinamismo para outras atividades da região depende de alguns fatores como, por exemplo, as características do produto de exportação, ou seja, a tecnologia utilizada na produção do produto de exportação pode causar repercussões nos outros setores produtivos da região. Essa repercussão depende da quantidade de insumos regionais utilizados, da possibilidade de o produto exportado ser usado como insumo para outras atividades e da demanda secundária gerada pelos fatores de produção utilizados em outros estágios.

Schwartzman (1975) também considera quatro variáveis estratégicas para a compreensão da capacidade de desenvolvimento regional:

a) a propensão a importar contida na análise do multiplicador, a qual depende da função de produção do produto de exportação, da distribuição de renda e das características tecnológicas da base ao requerer mais ou menos insumos que podem ser produzidos na região a preços competitivos.

b) a propensão a consumir e a poupar, que também será influenciada pela função de produção, via distribuição de renda.

c) os custos de transferência.

d) as variações na produtividade, que constituem os fatores que influenciam o custo de produção da base e são influenciadas pelas variações tecnológicas e pelos fluxos de fatores de produção escassos que a região consegue atrair.

Finalmente, deve se distinguir os elementos fora do controle da região, mas que influenciam as suas chances de crescimento. São elas: a elasticidade-renda de demanda do resto do mundo; as variações tecnológicas na produção de bens exportados ou substitutos próximos; bem como as variações nos gastos das pessoas, provocando deslocamentos na curva de procura dos produtos de exportação.

A teoria da base de exportação tem exercido um papel fundamental no efeito multiplicador sobre o mercado local. As regiões que conseguiram inserir-se dinamicamente nas economias internacional e nacional através de seus produtos de exportação obtiveram maiores taxas de crescimento ao longo do tempo. Este foi o caso de muitas regiões de países hoje desenvolvidos, como por exemplo, os Estados Unidos, no qual várias regiões iniciaram exportando grãos, carnes e madeiras e em seguida desenvolveram uma atividade industrial de mercado interno, em função da agricultura, que logo se transformou em atividade industrial também exportadora (NORTH, 1977).

Nesse sentido, as exportações norte-americanas e canadenses reduziram os preços dos alimentos e das matérias-primas na Europa e produziram um fluxo de renda que financiou a implantação de uma infra-estrutura nessas regiões. Conseqüentemente, houve também a ampliação dos mercados dos Estados Unidos e da Europa que geraram economias de escala, redução dos custos médios, elevação da taxa de lucro, aumento dos investimentos, da renda e do emprego e um processo cumulativo ascensional de desenvolvimento econômico diversificado.

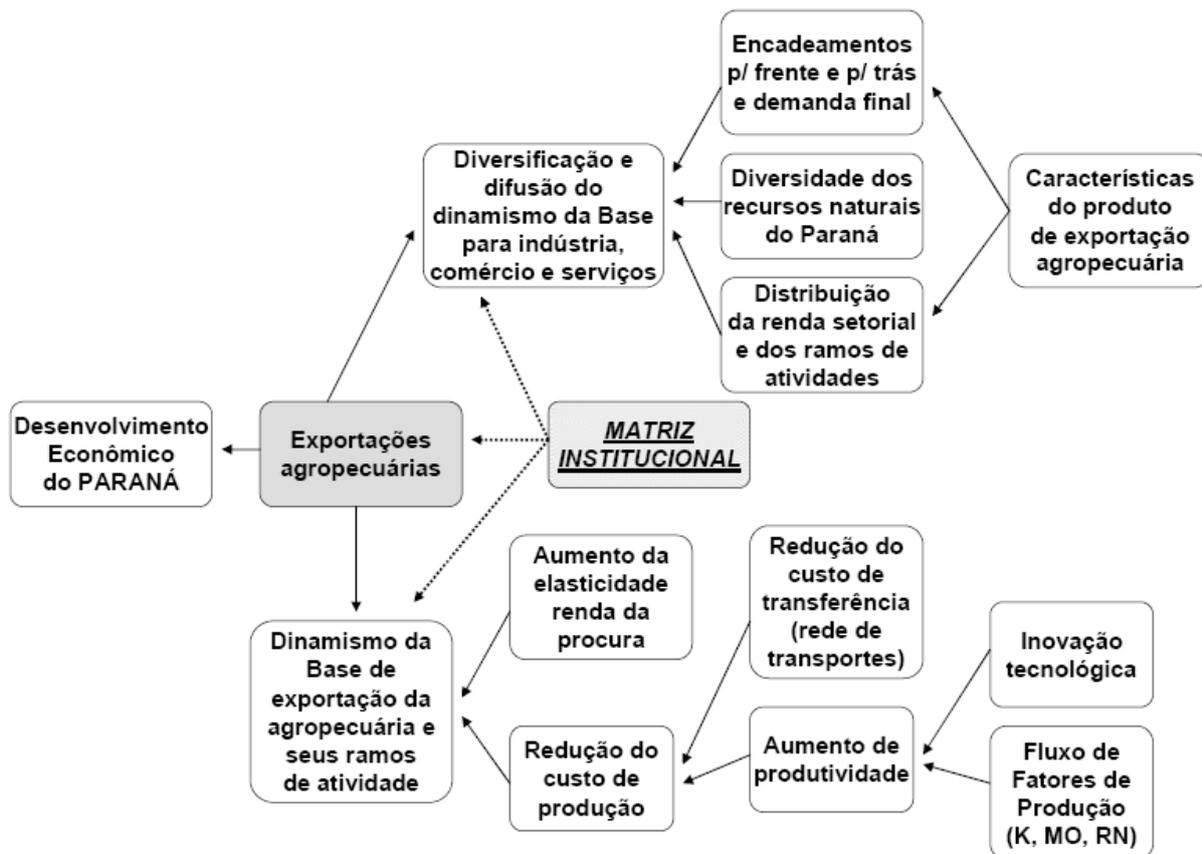
No Brasil, da mesma forma, muitas regiões se desenvolveram com base nas exportações de alguns produtos básicos. À medida que esses produtos proporcionavam renda suficiente, havia impactos positivos sobre o crescimento urbano, a abertura de novas estradas e a dinamização dos serviços, do comércio e da indústria. Para as regiões brasileiras, o grande problema sempre foi a instabilidade

dos mercados dos principais produtos de exportação, como charque, açúcar, algodão e minérios. À medida que a base exportadora era pouco diversificada, o produto total e o emprego total flutuavam significativamente em função de variações dos preços e, então, das quantidades ofertadas. Crises periódicas dificultavam o crescimento econômico e o surgimento de atividades industriais ligadas (SOUZA, 2002).

Mesmo os Cepalinos, que idealizavam o desenvolvimento via substituição de importações, reconheciam a necessidade de incentivar e diversificar a pauta exportadora e os mercados externos. Essa era a visão de Prebisch, nos anos de 1964, que reconhecia a importância de se incentivar as exportações de produtos manufaturados, “principalmente daqueles que ultrapassaram a primeira fase do processo de industrialização” (PREBISCH, 1964, p. 15). Nesta visão, a exportação se refletia em promover a industrialização, obter divisas externas e gerar economias de escala na indústria.

A economia paranaense vem se transformando e acompanhando as várias fases do desenvolvimento da economia brasileira, porém com algumas características peculiares no seu espaço regional. Essas peculiaridades estão relacionadas aos seus produtos de exportação da agropecuária, que influenciaram o dinamismo e a difusão (articulação) de várias outras atividades econômicas, principalmente as industriais e seus ramos de atividade, assim como o comércio e a prestação de serviços, em suas diferentes regiões do Estado. Essas singularidades estão sintetizadas na Figura 2.

Figura 2 – Fatores que condicionaram o Estado do Paraná a se desenvolver a partir da base de exportação agropecuária



Fonte: Adaptações do autor.

Conforme apresentado, o desenvolvimento econômico do Paraná se fez a partir da base de exportação agropecuária, *a la* North e se subdivide em dois fatores.

No primeiro, tem-se o dinamismo da base de exportação agropecuária e dos seus ramos de atividade. Esse dinamismo, porém, teve seu processo de manutenção e desenvolvimento iniciado pela inovação tecnológica moderna com reflexos na agropecuária, possibilitando um fluxo dos fatores de produção - capital, mão-de-obra e recursos naturais - na economia paranaense, que possibilitou aumento da produtividade agropecuária, reduzindo os custos de produção, onde a redução do custo de transferência pela melhoria da rede rodoferroviária e portuária do Paraná e suas ligações com o exterior também proporcionou uma redução nos custos de produção. Corroborando esse processo estava o aumento da renda e da demanda externa, com o que os produtos agropecuários paranaenses passaram a ser mais competitivos no mercado externo e com elasticidade-renda da procura em elevação. Esse conjunto de características influenciou o dinamismo da base agropecuária paranaense e explica uma parte do processo de desenvolvimento econômico do Paraná.

O segundo fator explicativo do desenvolvimento se encontra da difusão e diversificação do dinamismo da base agropecuária para outros setores ou ramos da

economia paranaense. Dadas as características do produto de exportação da agropecuária, que possibilitava ser utilizada como matéria-prima e insumos para outras atividades, foi possível gerar efeitos de encadeamento para trás (indústria de insumos e de máquinas e equipamentos, etc.) e para frente (indústria de transformação, comércio e serviços, etc.) e na demanda final (demanda interna e externa crescente para o produto agropecuário e para os novos produtos induzidos por ela). Esses encadeamentos se repercutiram em distribuição da renda no território paranaense, território esse diverso em suas qualidades e tipos de recursos naturais (solo relativamente pouco acidentado e fértil, minérios, etc.) que auxiliaram no desenvolvimento da base de exportação e das novas atividades econômicas, que se refletiram na diversificação e difusão do dinamismo da base para outros setores ou ramos de atividade. Esse segundo conjunto de características explica a outra parte do desenvolvimento paranaense.

Completando esses dois conjuntos de fatores a matriz institucional do Brasil e do Paraná influenciou em todo esse processo de desenvolvimento atuando efetivamente com políticas públicas do Governo Federal e Estadual, incentivando a integração setorial, sua inovação, principalmente com financiamentos e concessão de crédito, além de outras políticas, tais como construção e melhoria da rede de transportes, telecomunicações, políticas industriais, dentre várias outras.

O fator que condicionou a capacidade do Estado do Paraná se desenvolver foi a partir de uma base de exportação que teve como ajuda a matriz institucional que possibilitou o auxílio e o fomento para esse desenvolvimento.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA BASE DE EXPORTAÇÃO: uma análise quantitativa

Para analisar a base de exportação das Áreas Mínimas Comparáveis – AMCs (regiões) – do Paraná optou-se por utilizar, como instrumental de análise regional, o Quociente Locacional, para verificar as bases de exportação dos anos de 1970 e de 2000.

Será analisado o Estado do Paraná e suas AMCs (Figura 3). As AMCs agregam os territórios que sofreram perda de território com as emancipações municipais do período de 1970 a 2000. Assim, as informações utilizadas nesse artigo serão agregadas em AMCs permitindo análises e comparações intertemporais mais eficientes. Para o período foram analisadas 277 AMCs no Estado.

Figura 3 – Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs) do Estado do Paraná – 1970/2000



Fonte: IPEA (2008)

A variável utilizada nos referidos instrumentais será o número de pessoas ocupadas (PO) por ramos de atividades, divulgado pelos microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000. A disponibilização dos dados foi feita pelo IBGE (2002 e 2005). Presume-se que as atividades de base de exportação mais especializadas empregam mais mão-de-obra no decorrer do tempo. Por outro lado, a ocupação da mão-de-obra se reflete na geração e distribuição da renda regional, o que estimula o consumo, investimento e poupança na região. Em virtude da distribuição setorial das informações ser diferenciada para cada ano, optou-se por agregar as informações da seguinte forma: no setor primário a agricultura, a pecuária e as outras atividades primárias (basicamente silvicultura, extração vegetal, caça e pesca); no setor secundário as indústrias extrativas minerais, as indústrias de transformação (menos as indústrias de produtos alimentares), as indústrias de produtos alimentares, as indústrias da construção civil e os serviços industriais de utilidade pública (SIUP); e no setor terciário o comércio de mercadorias, a prestação de serviços, as atividades de transportes, comunicação e armazenagem, as atividades sociais, os serviços administrativos e as outras atividades.

Foram consideradas as seguintes definições:

= Pessoas ocupadas, no setor i da AMC j ;

= Total de pessoas ocupadas, da AMC j ;

= Pessoas ocupadas, do setor i do Paraná;

= Total de pessoas ocupadas, do Paraná.

A fórmula para o cálculo do quociente locacional (QL) é a seguinte:

(1)

Dessa forma, o QL compara a participação percentual das pessoas ocupadas de uma AMC j com a participação percentual do Paraná. Assim, o QL informa quantas vezes o setor i é mais (ou menos) importante, ou especializado, para a AMC j *vis-à-vis* a macro-região de referência, o Estado do Paraná. Tradicionalmente, a importância da AMC j no contexto macro-regional, em relação ao setor estudado, é demonstrada quando o QL assume valores acima de 1. Nesses casos o setor será considerado uma base de exportação especializada. O contrário ocorrerá quando o QL for menor que 1.

Além disso, uma das vantagens do QL é apontada por Pumain e Saint-Julien (1997) que afirmam que ao utilizar o peso relativo dos ramos de atividades econômicas, o QL anula o efeito “tamanho” das regiões. Por isso, eles permitem o cálculo de indicadores confiáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA BASE DE EXPORTAÇÃO DO PARANÁ

Observando a Tabela 1 nota-se que a população ocupada no Estado do Paraná cresceu 78,14% no período de 1970 a 2000, passando de 2.276.754 PO para 4.055.737 PO, respectivamente. O processo de modernização do setor primário foi responsável pela redução de 45,40% de PO nesse mesmo período. Da mesma forma, esse setor perdeu participação relativa no total de pessoas ocupadas no Paraná, passando de 63,20% em 1970 para 19,37% em 2000. Apesar dessa redução do macro-setor as atividades da pecuária e das outras atividades apresentaram crescimentos em duas ordens: primeiro o crescimento do total de pessoas ocupadas que foi de 305,66% para a pecuária e de 24,18% para as outras atividades primárias;

e segundo na participação dessas duas atividades no total da agropecuária: a pecuária passou de uma participação de 2,66% em 1970 para 19,79%, e as outras atividades de 2,85% para 6,49%, no mesmo período. Assim, pode-se inferir que parte das pessoas ocupadas na agricultura migrou para as atividades da pecuária ou outras atividades do setor primário entre 1970 e 2000.

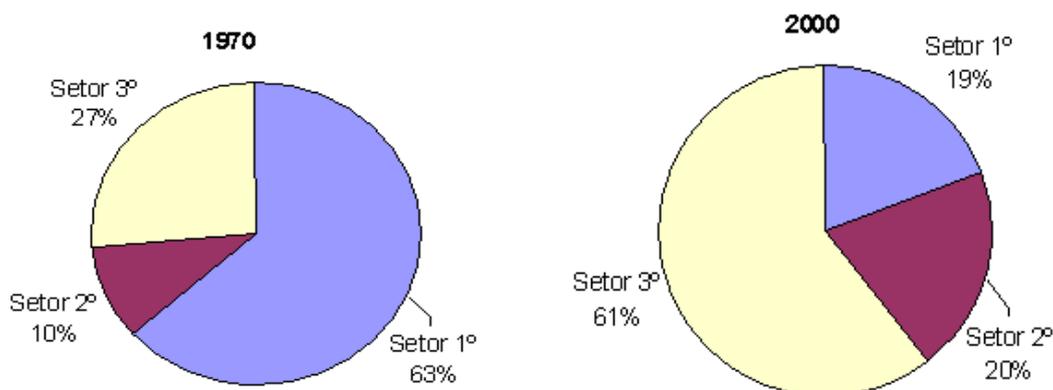
Tabela 1 – Pessoas ocupadas no Estado do Paraná, distribuídos por atividades – 1970/2000

Atividades	1970			2000			% 2000/1970
	PO	% no total	% no macro setor	PO	% no total	% no macro setor	
SETOR PRIMÁRIO	1.438.838	63,20	100,00	785.592	19,37	100,00	-45,40
Agricultura	1.359.469	59,71	94,48	579.145	14,28	73,72	-57,40
Pecuária	38.329	1,68	2,66	155.484	3,83	19,79	305,66
Outras atividades	41.040	1,80	2,85	50.963	1,26	6,49	24,18
SETOR SECUNDÁRIO	232.576	10,22	100,00	808.901	19,94	100,00	247,80
Ind. de extração mineral	6.342	0,28	2,73	6.590	0,16	0,81	3,91
Outras ind. de transformação	116.735	5,13	50,19	405.290	9,99	50,10	247,19
Ind. produtos alimentares	22.811	1,00	9,81	98.916	2,44	12,23	333,63
Construção civil	79.993	3,51	34,39	271.874	6,70	33,61	239,87
SIUP	6.695	0,29	2,88	26.231	0,65	3,24	291,80
SETOR TERCIÁRIO	605.340	26,59	100,00	2.461.244	60,69	100,00	306,59
Comércio de mercadorias	158.417	6,96	26,17	557.414	13,74	22,65	251,87
Prestação de serviços	158.960	6,98	26,26	702.867	17,33	28,56	342,17
Trasnp., comum, e armaz.	75.141	3,30	12,41	238.281	5,88	9,68	217,11
Atividades sociais	105.438	4,63	17,42	456.616	11,26	18,55	333,07
Serv. adm.	33.842	1,49	5,59	137.514	3,39	5,59	306,34
Outras atividades	73.542	3,23	12,15	368.552	9,09	14,97	401,14
TOTAL	2.276.754	100,00	-	4.055.737	100,00	-	78,14

Fonte: IBGE (2002 e 2005)

Os setores secundário e terciário apresentaram crescimentos da ordem de 247,80% e 306,59%, respectivamente, no período de 1970 a 2000. No caso do setor secundário a atividade industrial que mais apresentou crescimento foi a indústria de produtos alimentares com 333,63%, seguido dos serviços industriais de utilidade pública com 291,80% e das outras indústrias de transformação com 247,19%. Além de ter sido o ramo industrial que mais cresceu, as indústrias de produtos alimentares também foi o setor que mais ganhou participação relativa no total das pessoas ocupadas na indústria, passando de 9,81% em 1970 para 12,23% em 2000.

Figura 4 – Participação percentual dos macro-setores, no total de pessoas ocupadas do Paraná – 1970/2000

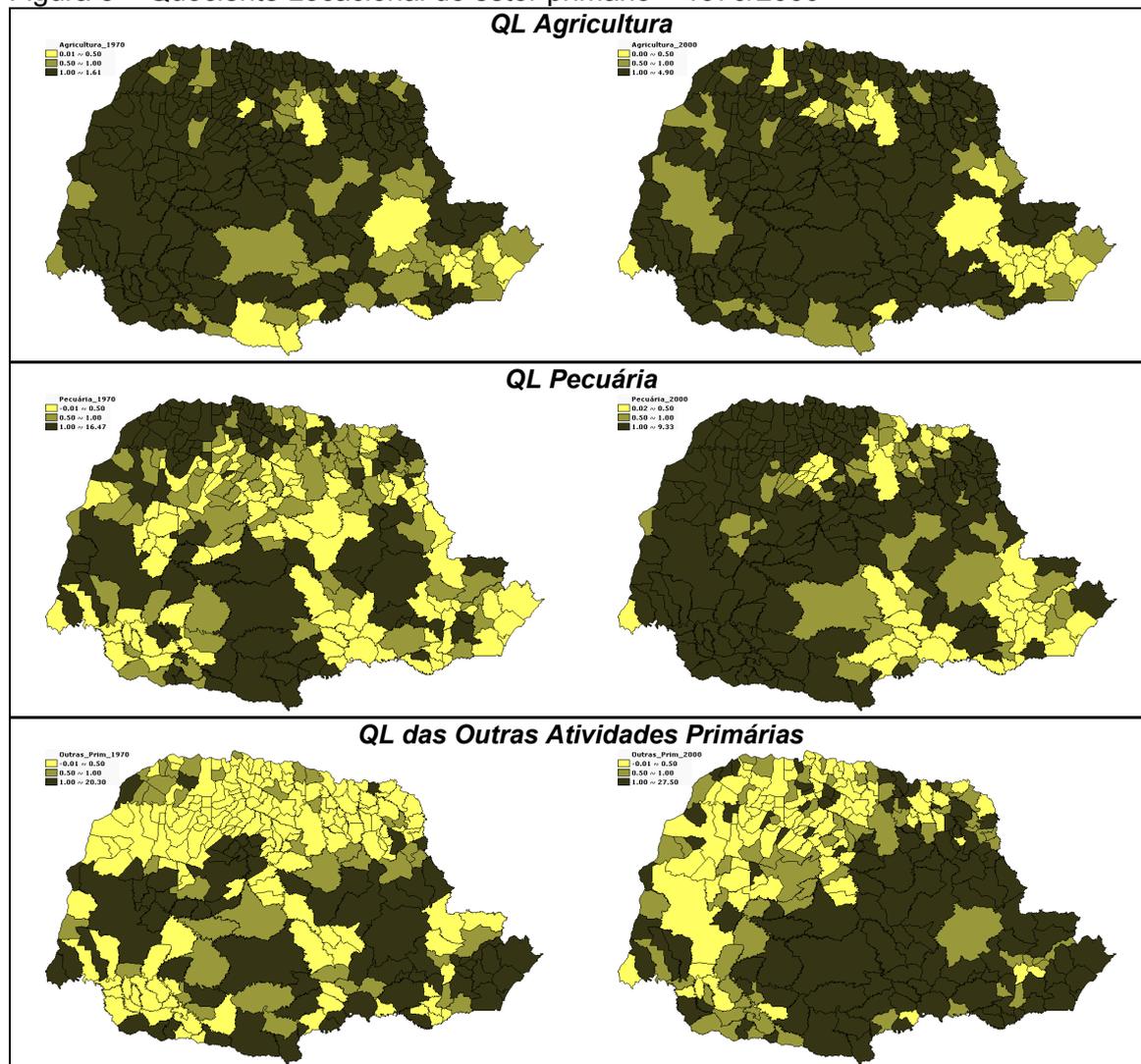


Fonte: IBGE (2002 e 2005)

O setor terciário foi o que mais ganhou participação relativa no total de pessoas ocupadas do Estado, passando de 26,59% em 1970 para 60,69% em 2000, conforme visualiza-se na Figura 4. Da mesma forma foi o que apresentou a maior taxa de crescimento (306,59%). As atividades terciárias que apresentaram as maiores taxas de crescimento foram: as outras atividades, com 401,14%; a prestação de serviços, com 342,17% e as atividades sociais, com 333,07%. A participação relativa dessas atividades no total de pessoas ocupadas do setor terciário também cresceu no mesmo período, em detrimento da diminuição da participação principalmente do comércio de mercadorias e do transporte, comunicação e armazenagem.

Neste contexto, a base de exportação das AMCs do Paraná, tendo base econômica agrária até 1970, a partir daquela década, até 2000, se diversificou e se difundiu para outros setores, ou ramos de atividades, como se pode visualizar pelos QLS setoriais nas Figuras 5, 6 e 7.

Figura 5 – Quociente Locacional do setor primário – 1970/2000



Fonte: Resultados da Pesquisa

Conforme Figura 5, a despeito da população ocupada total do setor primário do Estado do Paraná ter diminuído no período de 1970 a 2000 (-45,40%), algumas regiões intensificaram suas especializações nas atividades agropecuárias. Um outro movimento foi visualizado nas regiões ditas metropolitanas (Região Metropolitana de Curitiba – RMC, Cascavel/Toledo, Maringá, Londrina) onde a atração de mão-de-obra e a participação dos setores secundário e terciário (urbanização) aumentaram fazendo com que o “peso” do setor primário diminuísse. Porém, no geral, a especialização do setor primário é bastante disperso no Estado, conforme apresenta o QL da agricultura.

Quando se analisa o QL da pecuária verifica-se uma ampliação dessa base de exportação especializada no interior do Estado. Uma expansão concentrada nas regiões centro→oeste, centro→norte e centro→sul do Paraná. A especialização dessa atividade e sua dinâmica estiveram diretamente relacionadas com as políticas

governamentais de incentivo à integração agroindustrial no Brasil, em especial, à Região Sul. Políticas essas iniciadas nos chamados I e II PND. Uma síntese desse processo é apresentada por Moreira (2004). Segundo esse autor, o I PND, em 1972, introduziu a vertente da modernização tecnológica e o II PND, entre 1975 e 1979, criou e consolidou um setor industrial para a agricultura, isto é, um setor produtor e fornecedor ao campo de produtos industriais – de máquinas e equipamentos, fertilizantes e produtos agrícolas – e, com implementação de uma rede de transportes, comunicações e distribuição de energia elétrica, integrou a agricultura à indústria dando origem à agroindústria moderna existente do Brasil contemporâneo.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve continuidade nesse processo de tecnificação do complexo agroindustrial brasileiro, que se refletiu no Paraná, promovendo a autonomização das diferentes fases do processo agroindustrial como ramos especializados. O desenvolvimento do setor agroindustrial se deu a partir de efeitos de encadeamentos entre a agricultura, a indústria e o setor de serviços: a agropecuária relacionando-se à montante com as indústrias de produtos agrícolas e à jusante com as indústrias de transformação, tendo estas também demandado serviços diversos, tais como o comércio e o setor de transportes, influenciando no desenvolvimento do setor terciário. Porém, o processo de tecnificação do campo foi amplamente poupador de mão-de-obra, principalmente nos cultivos de grãos que foram substituídos por tratores e equipamentos em geral.

Quanto ao QL das outras atividades primárias, verifica-se a consolidação da parte centro→norte do Estado como a mais especializada base de exportação. As atividades de silvicultura, extração vegetal e caça e pesca podem ser destacadas como algumas atividades desenvolvidas nessa região.

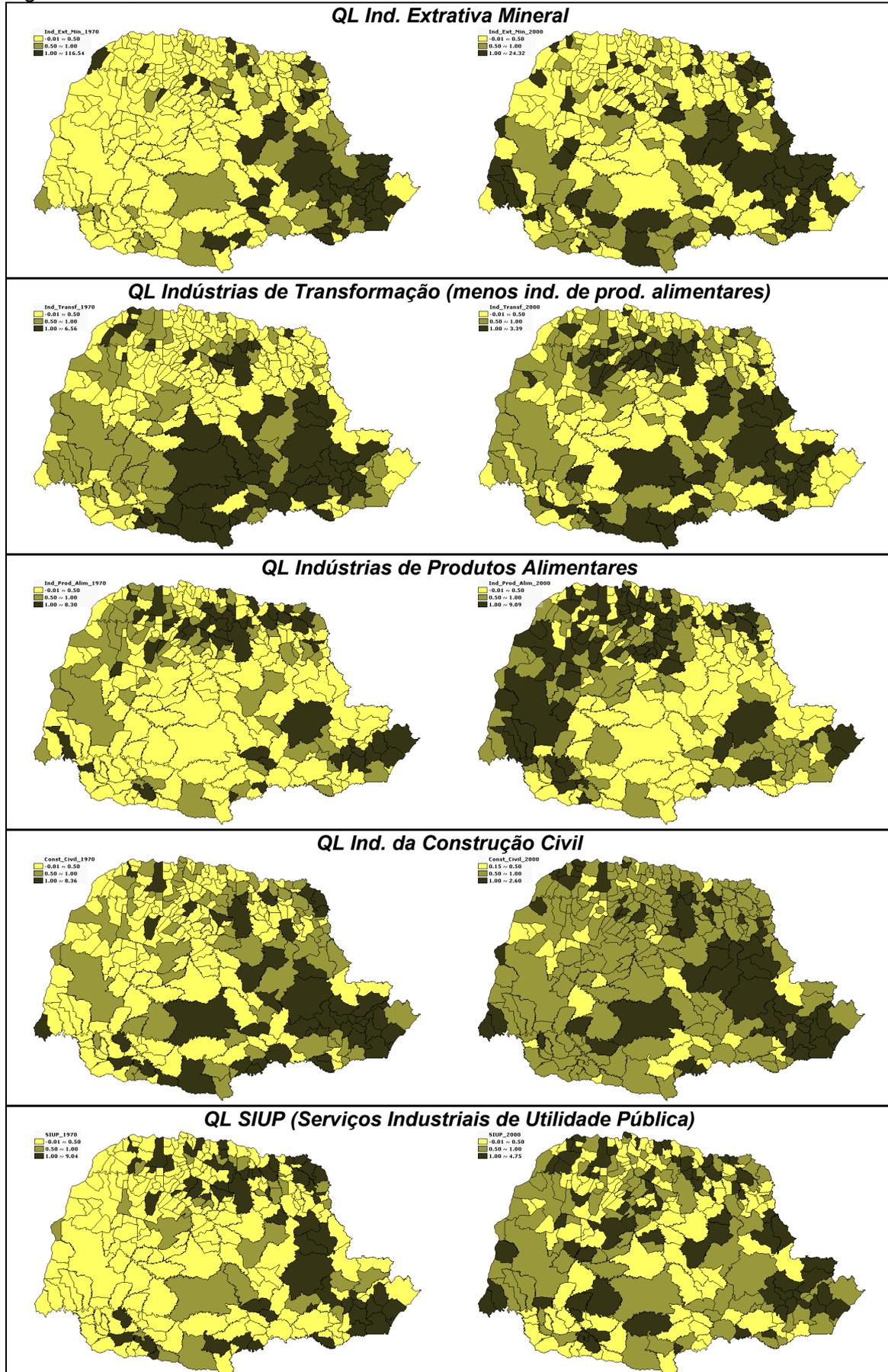
Já a Figura 6 mostra as bases de exportação do setor secundário no Estado do Paraná em 1970 e em 2000. Verificam-se que as atividades da extração mineral e dos serviços industriais de utilidade pública se encontram mais espalhadas e especialmente concentrada para as demais atividades. Essas características intensificaram-se no período analisado.

Ressalta-se que parte da dinâmica industrial do Estado esteve diretamente relacionada com a transformação da produção agropecuária, a qual esteve associada com as agroindústrias. Como já apontado, esse dinamismo foi influenciado pelas políticas do Governo Federal, da década de 1970, de modernização e reorganização de agroindústrias ligadas com a produção de carne (frangos, suínos, etc.), soja, entre outras, assim como pelas políticas de apoio à diversificação das exportações. Essas características influenciaram a entrada de várias indústrias transnacionais na

agricultura brasileira, conseqüentemente, também no Estado do Paraná, aumentando a demanda por máquinas, implementos agrícolas, e insumos modernos (fertilizantes, sementes, pesticidas, etc.), estimulada durante o processo de mecanização/modernização agropecuária, estimulando, através da base de exportação e das políticas públicas de fomento, novas atividades industriais, fato destacado por vários autores, tais como Brum (1988).

Mas não somente a dinâmica do setor agroindustrial influenciou no dinamismo industrial. O próprio crescimento das áreas urbanas e da população total desses territórios exigiu o desenvolvimento e ampliação de muitos setores além do alimentício, como por exemplo, do vestuário, da construção civil, do mecânico, dentre vários outros, conforme apresentam os QLS das atividades industriais no Paraná.

Figura 6 – Quociente Locacional do setor secundário – 1970/2000



Fonte: Resultados da Pesquisa

Uma característica interessante é apresentada pelos QLs das indústrias de transformação e das indústrias de produtos alimentares: a concentração espacial da base de exportação dessas duas atividades. Enquanto as primeiras se localizam principalmente na porção leste do Estado, as segundas se localizam e se intensificam na parte oeste, noroeste e sudoeste do Paraná.

Esse fato foi apontado por Ferrera de Lima et al. (2006). Segundo os autores, o processo de modernização agrícola ocorrido no Estado nos últimos 30 anos do século XX estimulou o desenvolvimento de agroindústrias e um complexo metal-mecânico moderno, causando mudanças na estrutura espacial estadual e consolidando centros regionais de novas bases de exportação, como por exemplo, o setor de serviços. Como se pode observar pelos QLs apresentados na Figura 6, das indústrias de transformação e de produtos alimentares, onde ambas se consolidaram em regiões diferenciadas do Estado: as primeiras na região centro→leste e a segunda na região centro→oeste, reafirmando os dados apresentados pelos autores supracitados.

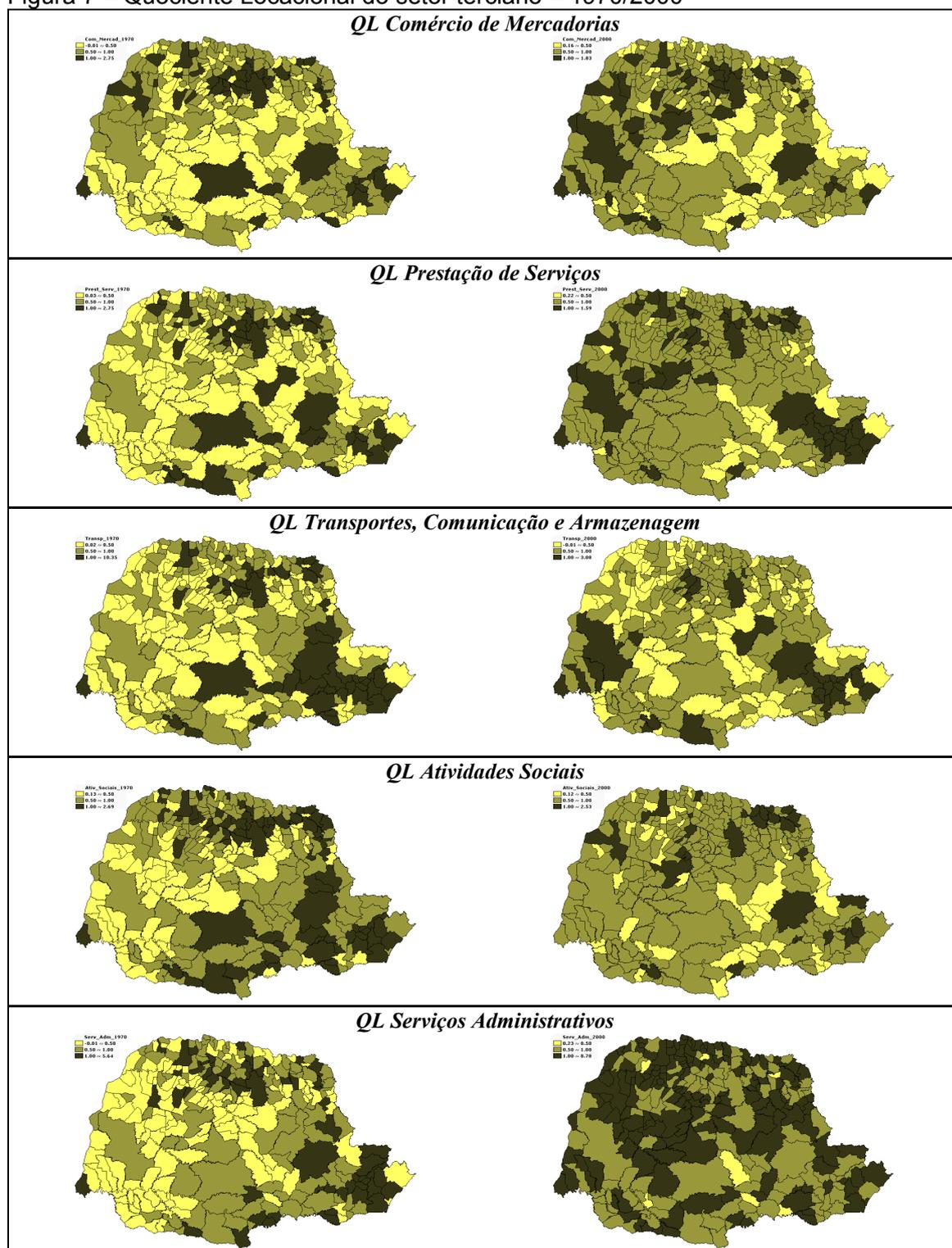
A forte base de exportação do setor industrial do complexo metal-mecânico moderno situa-se na região metropolitana de Curitiba (RMC) e seus arredores e foi intensificada nos anos 1990 através da implantação de indústrias de alta tecnologia. Segundo Meiners (1998) as vantagens locais apresentadas pela RMC foram decisivas na implantação de novas plantas industriais automotivas a partir dos anos 1990. A localização estratégica do Estado diante da nova geografia do Mercosul, a proximidade dos principais mercados fornecedores e centros econômicos da macrorregião, as condições infra-estruturais adequadas (telecomunicações, água, energia elétrica, transporte rodoviário e marítimo), potencial de qualificação da força de trabalho, dentre outras vantagens e tudo isso somado a instrumentos fiscais e financeiros implementados pelo Estado, foram estimuladores em potencial de investimentos automotivos nessa região.

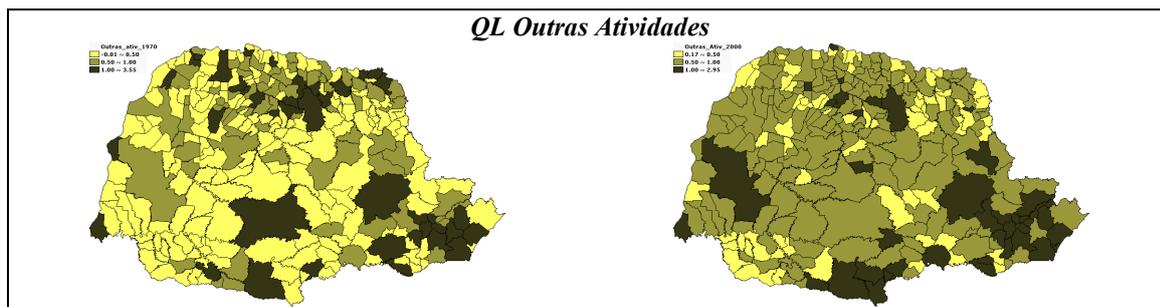
O setor das indústrias da construção civil apresentou uma performance interessante no período de 1970 a 2000. Primeiro que as AMCs mais especializadas nessa atividade se concentram principalmente na RMC, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Guarapuava e Foz do Iguaçu, ou seja, regiões com maior concentração demográfica no período analisado. Por outro lado, os QLs intermediários ($0,50 < QL < 1,00$) tiveram uma ampliação expressiva nesse período. Praticamente todas as regiões do Estado apresentaram elevação de QLs baixo para o intermediário, sinalizando que essa atividade industrial está sendo cada vez mais

responsável pela absorção de mão-de-obra durante o desenvolvimento das regiões, ou seja, novas atividades estão se espalhando pelo território paranaense. Fato parcialmente visualizado também para o QL dos serviços industriais de utilidade pública.

Já a Figura 7 apresenta o Quociente Locacional do setor terciário para o Estado do Paraná no período analisado.

Figura 7 – Quociente Locacional do setor terciário – 1970/2000





Fonte: Resultados da Pesquisa

Nota-se que o dinamismo do setor de serviços foi influenciado tanto pelo aumento populacional ocorrido no período de 1970 a 2000 e da crescente urbanização de todas as regiões do Estado do Paraná, como pelos efeitos de encadeamentos do desenvolvimento da base de exportação dos setores primário e secundário.

Além disso, a estrutura urbana dos municípios, mesmo dos pequenos, exige uma rede de comércio e serviços que atenda, no mínimo, às demandas básicas da população (alimentação, vestuário, etc.). No entanto, a expansão populacional exige que esse comércio seja ampliado e diversificado (SINGER, 2002).

Essa característica foi visualizada para todas as atividades do setor terciário do Paraná. Em todas as atividades e em praticamente todas as AMCs, houve crescimento do QL, na sua maioria passando do QL baixo para o QL intermediário. Já os maiores QLs, ou seja, as AMCs mais especializadas, são espacialmente concentrados, com exceção dos serviços administrativos, que é a base de exportação do setor terciário mais dispersa no Estado, fato diretamente relacionado com o grande número de emancipações municipais ocorrido no período de 1970 a 2000.

A parte oeste e noroeste do Estado se destaca na base de exportação das atividades do comércio de mercadorias, da prestação de serviços e dos transportes. Essa característica possibilita afirmar e comprovar que nessa porção do Estado existem cadeias produtivas ligadas à produção agropecuária e à sua posterior industrialização e comercialização, haja visto que os QLs para essas atividades, nessas duas regiões, foram altos e se consolidaram no período analisado. Assim, a cadeia agroindustrial pode ser considerada como a mais representativa na absorção de mão-de-obra nessas regiões.

Deve-se também destacar as regiões de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e Pato Branco e suas AMCs circunvizinhas como exemplos de regiões do Estado com alta base de exportação nas atividades terciárias, isto é, especializadas. Para o setor de transportes, as AMCs de maior destaque são aquelas que formam entroncamentos rodo-ferroviário no anel de integração do Estado, constituindo-se em um corredor de novas atividades. Esse fato é destacado por Peris e Lugnani (2003),

que afirmam que algumas regiões do Estado se destacaram no contexto estadual no setor de transportes e comunicação devido à formação do “anel de integração” no final do século XX. Esse “anel” foi decisivo na consolidação de alguns pólos do Estado ao torná-los pontos de entroncamentos rodoviários, principalmente as regiões de Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Foz do Iguaçu também se consolida nesse setor. O fato de Foz do Iguaçu estar numa região de fronteira e sediar a Hidroelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu, que fomentam o turismo da região, está associado com a evolução do QL nessa atividade, característica que também influencia os QLs do comércio de mercadorias e da prestação de serviços nessa região.

A base de exportação da agropecuária induziu e gerou, a partir de efeitos de encadeamentos, diversificou e difundiu não só para outros setores, mas principalmente, aqueles ligados à estrutura da economia urbana. Dentre os setores e ramos de atividades econômicas relacionados à indústria, comércio e prestação de serviços, tiveram impulsos de efeitos multiplicadores do setor agropecuário que transferiu rendas para as cidades. Exemplos deste caso podem ser visualizados nas figuras de QLs dos serviços administrativos, da construção civil, entre outros, nos trinta anos analisados. Nesse sentido, as novas bases de exportações são agora de atividades econômicas urbanas, com destaque para as indústrias de transformação (máquinas, equipamentos, e indústrias alimentares), embora permaneça fortemente a manutenção da base agropecuária.

Considerações Finais

Este artigo objetivou analisar a base de exportação das microrregiões do Estado do Paraná, especificamente as Áreas Mínimas Comparáveis – AMCs, a partir da abordagem teórica de Douglass North, focando sua transição para uma economia de base urbana industrial, a partir dos anos 1970 até 2000.

Os resultados mostraram que a Teoria de Douglass North, sobre a base exportação, foi condizente com o desenvolvimento econômico no caso do Paraná. Todo o desenho econômico paranaense esteve associado à Base de Exportação Agropecuária. Essa característica foi visualizada pelas figuras dos quocientes locacionais do setor primário, secundário e terciário. Elas mostraram que em 1970 havia uma base de exportação forte na agropecuária e, ao longo do lapso de tempo analisado, houve uma consolidação e manutenção dessa base (ampliação da

agropecuária no território paranaense) e a diversificação e difusão para os setores e ramos de atividades, principalmente, aquelas ligadas às economias urbanas (indústria, comércio e serviços).

Portanto, foi evidente que novas bases de exportação urbanas surgiram neste período e se difundiram pelos seus ramos de atividades até os anos 2000, através da base de exportação agropecuária. Assim, o desenvolvimento regional paranaense foi explicado pela integração e interação dessas bases – agropecuárias e urbanas. Essa ligação intra e inter-setorial foi evidente para as agroindústrias e indústrias, fato comprovado pela grande ampliação das bases pecuárias, das indústrias de transformação, das indústrias de produtos alimentares, do comércio de mercadorias, de serviços, na economia paranaense.

Bibliografia

BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do século XX. *Análise Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, ano 24, n. 46, p. 7-26, set. 2006.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 1970: microdados, Paraná – Santa Catarina – Rio Grande dos Sul; questionário da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. 1 CDROM

_____. *Censo demográfico 2000: microdados, Paraná – Santa Catarina – Rio Grande dos Sul; questionário da amostra*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CDROM

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 15 maio 2008.

HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

MEINERS, W. E. M. A. Impactos regionais dos investimentos automobilísticos no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 94, maio/dez. 1998. p. 29-48.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). *Brasil século XXI por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Lomonad, 2004. p. 123-152.

NORTH, D. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. 30 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

_____. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Location Theory and Regional Economic Growth. *Journal of Political Economy*, LXIII, June, 1955.

_____. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977a.

_____. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977b.

_____. *The economic growth of the United States 1790-1860*. Washington-USA: Prentice-Hall, 1961a.

_____. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. *Revista Brasileira de Economia*, n. 3, p. 25-38, set. 1961b.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu na região Oeste do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: IparDES, n. 104, pg. 79-102, Jan./Jun., 2003.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. *L'analyse spatiale: localizations dans l'espace*. Paris: Armand Colin, 1997.

SCHICKLER, S. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. 8. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974, p. 7-51. (Série Monografias)

SCHWARTZMAN, J. A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, N. J. Exportações e crescimento econômico do RS — 1951-2001. *Ensaio FEE*. Porto Alegre: FEE, v.23, n. esp., 2002.